



CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO PROLETARIADO E DEMOCRACIA AUTOGESTIONÁRIA HOJE

Flávio Bezerra de Farias¹
Pierre Cours-Salies²
Juliana Carvalho Miranda Teixeira³
Danielle Queiroz de Soares⁴

Resumo

Estudo preliminar acerca do fenômeno da consciência de classe do proletariado a partir das contribuições marxistas de luta de classes e a consciência de classe, compreendido o proletariado como um ser que sofre a opressão capitalista em níveis diferenciados, na realidade do trabalho alienado. Além de compreender e explicar os fenômenos no domínio do ser social, é preciso uma ação consciente e engajada no mundo que se transformar. Análise da consciência de classe e da necessidade da autogestão na perspectiva democrática, no momento de expansão das relações de trabalho mediadas por aplicativos, uma conjuntura que dificulta a organização dos trabalhadores. As discussões se fundamentam em pesquisas bibliográfica e documental, com o trato de dados secundários das bases da OIT.

Palavras-chave: Consciência de classe; democracia; autogestão; capitalismo de plataforma.

CLASS CONSCIOUSNESS OF THE PROLETARIAT AND SELF-MANAGED DEMOCRACY TODAY

Abstract

Preliminary study about the phenomenon of class consciousness of the proletariat from the Marxist contributions of class struggle and class consciousness, understanding the proletariat as a being that suffers capitalist oppression at different levels, in the reality of alienated work. In addition to understanding and explaining the phenomena in the domain of the social being, conscious and engaged action is needed in the world to be transformed. Analysis of class consciousness and the need for self-management from a democratic perspective, at the time of expansion of work relations mediated by apps, a situation that makes it difficult for workers to organize. The discussions are based on bibliographical and documentary research, with secondary data from the ILO databases.

Keywords: Class consciousness; democracy; self-management; platform capitalism.

Artigo recebido em: 31/10/2022 Aprovado em: 31/03/2023
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n1.2023.21>

¹ Universidade Federal do Maranhão, Doutor, flaviobezerradefarias@gmail.com.

² Université Paris 8 Vincennes – Saint-Denis; Doutor; cspierre93@gmail.com.

³ Universidade Federal do Maranhão, Doutora, juliana.cmt@ufma.com.

⁴ Danielle Queiroz de Soares, Universidade Federal do Maranhão; Doutora; danielle.queiroz@ufma.br.

1 INTRODUÇÃO

Em se tratando de um texto de referência para investigações sobre a luta de classe e a consciência de classe do proletariado, no conjunto e em seus subconjuntos, com pressupostos teóricos e metodológicos herdados do marxismo crítico e revolucionário, analisam-se concretamente neste artigo, os aspectos gerais do problema, colocados na situação concreta de crise do capitalismo globalizado, sublinhando as implicações sociais e políticas decorrentes das regulações estatais e autoritárias da crise dos tempos pós-modernos. Visto que são regulações neoliberais que envolvem várias experiências, desde sociais-liberais até ultraliberais, obviamente, todas elas continuam atuando contra o movimento de emancipação do proletariado. Em compensação, este movimento real dos oprimidos deve ser atualizado, – em termos de latência, tendência, efetividade, potencialidade e possibilidade –, como em todo sonho acordado de um mundo melhor.

Na literatura, o sonho kafkiano frutificou na obra filosófica de Walter Benjamin, cuja “metafísica, se ele tivesse condescendido a escrever uma”, teria a “epígrafe” seguinte: “a esperança é ilimitada, salvo para nós.” (ADORNO, 2001, p. 12). Conforme a “alegoria da redenção” benjaminiana tratada por Adorno (2001, p. 12), a plenitude dessa antecipação concreta de um mundo melhor, na modernidade liberada do positivismo e para além da ordem e do progresso capitalista, implica o resgate histórico do ser e da consciência social que a abordagem crítica e revolucionária busca racionalmente reconstruir, a partir do presente, que se torna possibilidade para o futuro. Na experiência brasileira, esse regate genético alcança a exploração escravista, a dominação imperialista e a socialização fascista, cujas barbáries foram integradas de modo específico no movimento de “modernização conservadora” (MOORE JR., 1979; MARTINS, 1976; FARIAS, 1988).

Como nos casos dos princípios marxistas desenvolvidos no século XX, a saber: da “esperança concreta” de Ernst Bloch (1976; 1982; 1991), da “democracia socialista” por Rosa Luxemburg (1972), da “revolução permanente” defendida por Léon Trotsky (1977), da “liberdade conselhistas” do jovem Antonio Gramsci (1919-1920), aderir ao princípio consciência de classe tornou-se uma espécie de chave ou senha de adesão ao materialismo dialético e histórico, sobretudo a partir da Revolução Russa de 1917 (FARIAS, 2020), embora a problemática da emancipação proletária (que implica a superação do Estado e, portanto, da burocracia), lhe tenha antecedência de várias décadas e no contexto de experiências revolucionárias mais ou menos importantes e distintas, no tempo e no espaço.

Do ponto de vista concreto, a pandemia da covid-19 acelerou um novo processo de reestruturação produtiva, que já vinha em marcha desde a crise de 2008 (TONELO, 2020), e popularizou um enorme conjunto de modificações nas relações de trabalho. Os impactos da utilização

de novas tecnologias revelam como o atual momento dessa reestruturação produtiva está acoplado a novas formas de alienação. É neste sentido que o discurso hegemônico sobre desenvolvimento carrega, agora, os estigmas das relações de dominação ancoradas no progresso técnico e cria novos desafios à organização dos trabalhadores.

O avanço do processo de informatização do trabalho faz surgir um modelo de autogerenciamento subordinado (ABILIO, 2019), em que o trabalhador, que se autodenomina empreendedor, é recrutado e remunerado sob uma nova lógica de supressão de direitos. No entanto, o empreendedorismo, apresentado como perspectiva dessa nova revolução industrial, de cariz informacional, é, paradoxalmente, um ressurgimento de velhas formas de trabalho por peça, em que a *autonomia* do produtor não escapa das determinações capitalistas.

Por outro lado, as ideologias dominantes, aquela das camadas de exploradores ou de seus fantoches, são repetidas há dezenas de anos, e modelam uma parte das “respostas de esquerda”.

Propor um caminho, objetivos tanto atuais quanto portadores de transformações opostas ao sistema capitalista, reunir as forças para uma nova ofensiva e, portanto, oferecer os meios de superar as derrotas: eis agora a nossa prioridade. Recusar as gestões instauradas e arruinar politicamente as opções neoliberais antidemocráticas, tal é a via indispensável para implementar as propostas por nós lembradas, ecologistas, solidárias na reorganização do trabalho permitindo cultura, formação e tempo livre.

Entretanto, nenhuma habilidade serviria para esquivar a questão. Temos um projeto, perspectivas efetivas quando se tem diante dos olhos e nos ouvidos os discursos que vêm do alto? “Mercado do emprego”, “desemprego”, “precariedade”, “estagnação econômica”, “empregabilidade”, “ajuda para a inserção”, “diversidade e desigualdades mundiais”, “mundo globalizado” e “endurecimento dos concorrentes”. Como não sofrer isso ou como se resignar a isso? Atualmente, na situação que conhecemos, qual é a atualidade de uma democracia autogestionária? As sereias do elitismo, manipuladas pelas classes dirigentes, se esforçam para tapar o horizonte e clamam nossas análises críticas.

*Se realizar com sua subjetividade no mercado de trabalho tal que ele é; afirmar uma economia moderna em meio às evoluções do mercado. Modernos e progressistas, até parece! Estas denominações jornalísticas e suas traduções administrativas clamam por uma breve lembrança do sentido desse “mercado”. Ao contrário de sua imagem, não se trata nem de um espaço de trocas mais ou menos equivalentes nem de produtores ou de compradores mais ou menos iguais, mas de uma experiência social bem real. É preciso se defrontar com uma realidade, a *classe possível* está dividida, colocada em concorrência, dispersa, como se diz, pelo “mercado”. Na realidade, devemos analisar*

lugares de poder e de troca, e até mesmo lugares de formação transformados em hierarquias e seleções, em que a origem racial, étnica, o sexo, a saúde, os diplomas, todas as diferenças humanamente existentes pesam sobre a vida e as escolhas possíveis.

No cenário atual, as novas tecnologias informáticas ampliam o controle e a capacidade de organização das empresas gerenciadoras de plataformas digitais, isolando os trabalhadores (em suas casas, carros ou motos) e dificultando a organização de sua resistência. Assim, um dos maiores desafios que se apresentam à classe trabalhadora, hoje, diz respeito justamente à possibilidade de formação de uma consciência de classe num contexto marcado pela superindividualização característica do setor (GONSALES, 2020).

Se a autogestão não é uma ideia perdida, um número ou um fantasma flutuando sobre o lago, como ela toma corpo? Como ela responde às questões de controle das condições de trabalho e garantias de informação?

Trata-se de um esforço teórico-prático de pensar o fenômeno historicamente determinado da consciência de classes do uso de plataformas computacionais para a gestão do trabalho, que se intensificou após a pandemia da covid-19, e que, em nossa hipótese, dificulta a organização do proletariado brasileiro, ao criar obstáculos ao desenvolvimento de uma consciência de classe e à organização de seus movimentos de resistência na perspectiva de uma democracia autogestionária do proletariado.

3 O FENÔMENO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE NA REALIDADE DE CRISE CAPITALISTA

Considerado o aporte das análises marxianas de natureza filosófica e de crítica à economia política, cabe discutir, em primeiro lugar, a ideia geral do proletariado como um ser social e histórico que realiza um *trabalho alienado* ao se inserir no processo de totalização do capital; temos, segundo Marx (1867 [1976]), que esse processo começa com a produção mercantil simples, passa pela produção e pela circulação do capital em geral, e termina com a crise da *produção pela produção* dos capitais numerosos. Neste quadro, a causa imediata da crise de superprodução reside na queda da taxa de lucro, que implica desvalorização do capital (concentração e centralização), recomposição do exército de reserva e ataques à população ativa, quer no tempo de trabalho, quer no tempo livre, numa situação em que ficam agudos tanto os antagonismos entre os proletários e os capitalistas, quanto as contradições entre as frações de classe intercapitalistas, de modo que as massivas mediações e intromissões estatais não conseguem resolver de modo adequado e definitivo.

Fundamentalmente, a crise capitalista na crítica da economia política (MARX, 1867; 1885; 1894) tem por causa a disjunção, o disparate, a desregulação e a desproporcionalidade entre os

diversos elementos (ativos e passivos, funcionais e proprietários, potenciais e atuantes, reais e fictícios) que encerram os capitais numerosos na sua totalização industrial despótica e incontrolável. Em última instância, por causa da sua incapacidade sistêmica de produzir com eficácia as utilidades necessárias à subsistência dos proletários tratada em termo de subconsumo das massas trabalhadoras, demanda solvável insuficiente, em razão do desenvolvimento absoluto das forças produtivas, – especialmente, no complexo militar-industrial (STERNBERG, 1962; LENS, 1971; SERFATI, 2017), no maquinismo, nas tecnologias da informação e comunicação, e no automatismo social (NAVILLE, 2016) –, combinado com relações de produção relativas, que tornam cada vez mais agudo o seu caráter destrutivo da humanidade em sua autonomia e liberdade, e da natureza orgânica e inorgânica, sobretudo, na configuração atual de crise global envolvendo a base e a superestrutura da formação capitalista, cujas formas de existência sociais são distintas, mas indissociáveis das formas de existência da natureza.

Na era da plataformização, por exemplo, quer se trate de serviços de transporte, serviços domésticos ou serviços administrativos, a ligação entre o prestador do serviço (o proletário) e o cliente é efetuada através de uma plataforma digital. Livre para ascender ao mercado de trabalho, na condição de autogerenciador subordinado (ABILIO, 2019), o proletário agora prestador de serviço, que oferece a sua mão de obra através de um sistema informático, sem qualquer tipo de benefício de uma já débil legislação trabalhista.

Em segundo lugar, cabe tratar o proletariado na perspectiva de ser um ser social e histórico, no fazer e no agir, totalização que permite a expansão do fenômeno da consciência de classe proletária (LENINE, 1975; LUKÁCS, 1976), como categoria decisiva para compreender e transformar um mundo cada vez mais marcado pela catástrofe e pela barbárie. Uma totalização para um movimento real para superar a exploração, a dominação e a humilhação do homem pelo homem, de modo a naturalizar o homem e humanizar a natureza, como sublinhou o socialismo científico desde o século XIX (MARX, 1844 [1996]; ENGELS, 1985; 1977), em que a divisa da antecipação social concreta deixaria de ser “de cada um e a cada um o mesmo”, para se tornar “de cada um conforme suas possibilidades e a cada um conforme suas necessidades” (MARX, 1975a).

No quadro do capitalismo contemporâneo, marcado pela globalização do sistema financeiro, a liberdade para o trabalho, que seria prerrogativa dessa economia de plataforma digital, oculta as funções algorítmicas definidas por parte dos operadores econômicos, que conduzem o trabalho já alienado, a um processo de “dessubjetivação” do fazer e do agir (AUGUSTO, 2009).

No contexto da grande crise recente, muitas formações sociais burguesas centrais ou periféricas evoluíram para uma configuração neofascista e ultraliberal, o que exige uma luta subjetiva defensiva e ofensiva, pelo alto e pela base, diante da resolução burguesa das mais catastróficas e bárbaras já experimentadas pelo capitalismo industrial em toda a sua história.

Hoje, para além dos serviços de transporte, o trabalho por tarefa ou o trabalho colaborativo também resiste ao enquadramento legal tradicional em vários outros tipos de atividades desempenhadas por trabalhadores subordinados. O modelo em que se baseia a atividade da *Amazon Mechanical Turk* (FANEN, 2019), por exemplo, em que as pessoas respondem às ofertas de trabalho publicadas no seu site, com um tempo estimado de realização e uma remuneração por tarefa, escapa à legislação burguesa por causa da exigida fragmentação da atividade. Nessa plataforma, o trabalhador está pronto para executar pequenas tarefas, repetitivas e monótonas, formando um “exército de humanos robóticos a serviço de algoritmos e inteligências artificiais que ainda precisam da sutileza do entendimento humano” (FANEN, 2019). Assim, a tecnologia digital permite que as atividades sejam subcontratadas a pessoas físicas, promovendo uma exacerbada mercantilização do trabalho (DE STEFANO, 2016), quer seja, com a automação, a produção não se faz mais tanto segundo as formas da usina taylorista para a gestão do pessoal e o cálculo dos salários. Uma distinção é essencial e fácil de compreender: a cronometria, que supõe repetição e identidade entre *tempo-máquina* e *tempo-homem*, tende a ser substituída por uma nova forma de avaliação da atividade produtiva.

Isto nos desafia e exige da práxis consciente dois objetivos principais, a saber: combater a contrarrevolução e defender os interesses específicos do proletariado. Não há superação da grande crise da formação capitalista industrial atual sob a primazia da especulação e das finanças, no sentido que interessa ao proletariado, sem a afirmação da transição socialista para o comunismo, como movimento real que busca a abolição do estado de coisas presente, marcado pela incontabilidade da sociedade burguesa (MÉSZÁROS, 2002), cuja dinâmica efetiva de superação não é barrada pela antinomia entre reforma ou revolução (LUXEMBURG, 1972).

Desde *O Capital* até nossa época, quanta continuidade até a cibernética e a informatização, da automatização até os avanços de robotização! O chicote da concorrência com seus “colegas” e concorrentes conduz o dirigente capitalista de uma empresa ou o gestor de meios especulativos controlando N atividades¹ a investir em capital fixo, máquinas ou autômatos cada vez mais “performáticos”: quando existe uma “relativa penúria” de mão de obra, isto é, quando o “mercado do trabalho” não permite a colocação sob pressão dos assalariados porque eles têm outras alternativas de emprego, as direções de usinas “escolhem” automatizações, – que aliviam a fadiga física –, para fazer economias em número de assalariados, tendo a restrição financeira de amortecer este investimento em máquina.

Trivialmente, na ocupação de diretor de fábrica, pouco importa, por exemplo, que homens jovens arrebentem a coluna carregando sacos de fertilizantes, do silo automatizado aos caminhões ou sobre uma paleta. Caso se encontre isso a este preço: pode-se chamar isso de “reservas de mão-de-obra”; mas, numa cidade, em que existem alternativas de emprego, para ter uma regularidade de

trabalho será necessário comprar e fazer funcionar um *guindaste automático*. Do mesmo modo, caso se tenha muitas mulheres para terminar a costura de sapatos à mão com uma máquina individual e seus esforços regulares, não há razão para ter um sistema de colagens automatizados, que necessita de vigilância, controle e depois perfilar, mas isto provoca “perdas em números de empregos”.

Para que “o princípio de alienação, escondido como um mistério essencial na indústria nascente”, experimente, por sua vez, uma grande transformação social e histórica, que “mude a sua natureza e desative a sua virulência” (NAVILLE, 2016, p. 292), é preciso que a “alienação do trabalhador”,

[...] seja ultrapassada pouco a pouco por novas relações sob o impulso de uma técnica que ressuscite a cooperação inteligente entre as obras e os operadores, que restitua ao produto um caráter comum e que destroce uma classe capitalista cujo último refúgio é a burocracia. Para tanto, é preciso que essa evolução se faça sempre em plena consciência e em toda parte, simultaneamente, nem que ela tenha crises penosas [...]. Nessa perspectiva, em suma, o automatismo aparece muito menos como um esmagamento mecânico de todo esforço de liberação do que como uma mola essencial para as estruturas da vida sob todas as suas formas.

A nova organização das condições de fragmentação da classe para melhor explorá-la é um dos elementos diante dos quais os militantes do movimento operário, por exemplo, enfrentam uma escolha crucial: “acompanhar” e “humanizar” a diversidade das situações, buscar “reformas” para encontrar uma “gestão moderna” das “empregabilidades diferenciadas”; buscar unir ao menos sobre reformas fazendo progredir os direitos ou somente legitimar dispositivos gestionários aliviantes. Compreende-se a hipocrisia desses discursos. Vê-se bem neles como o sexismo escancarado pode se dizer na hipocrisia: “é preciso reconhecer o seu lugar específico às mulheres para que elas possam conciliar” sua dupla jornada de trabalho? Ou ainda as ideias de “política específica para os jovens”?

No conjunto, não há superação da opressão, nas determinações econômica, política, social, ideológica e cultural, sobre as massas trabalhadoras sem uma práxis consciente, que não entende por luta contra as diversas formas de opressão a luta pelos interesses isolados em cada uma daquelas determinações, como os reformistas liberais e estruturalistas buscam inculcar ao proletariado; exprime a necessidade que seus elementos mais conscientes intervenham efetivamente enquanto dirigentes da maioria dos oprimidos, e que a conduza dialeticamente da defensiva dentro da ordem burguesa à ofensiva contra a ordem burguesa.

Portanto, “a teoria e o movimento da classe operária não evoluem paralelamente para só entrar em contato exteriormente, mas eles formam uma unidade no interior da qual eles se encontram em interação.” (JAKUBOWSKY, 1971, p. 191). Nesse processo dialético, “as modificações da consciência das massas, em vez de serem fortuitas, estão subordinadas a uma necessidade objetiva que está sujeita a um esclarecimento teórico e cria, por isso mesmo, uma base para as previsões e

para a direção.” (TROTSKY, 1967, t. 2, prefácio, p. 10). Sobre *O que fazer*, especialmente em ações sindicais e sócio-políticas proletárias, na realização de uma prática consciente, Lenine (1975, tomo 1, p. 130) sublinhou que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário.” Como destacou Engels, na sua introdução de 1895 às *Lutas de classe na França* (MARX, 2010, p. 40),

[...] passou o tempo do assistencialismo, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes. No caso de uma transformação completa das organizações sociais, é preciso que as próprias massas cooperem no processo, que elas mesmas já tenham compreendido do que se trata, para que elas intervenham (com seu corpo e com sua vida).

Neste caso, a unidade entre teoria e prática se constrói de tal modo que “a teoria torna-se uma teoria prática” adequada ao movimento revolucionário, por um lado; “e, por outro lado, a prática não é mais uma simples atividade inconsciente, mas uma *prática consciente*.” (JAKUBOWSKY, 1971, p. 119). Como não há unidade imediata entre a “consciência de classe real” e a “consciência de classe possível” do proletariado (GOLDMANN, 1979), construída no espírito de uma teoria crítica e revolucionária, cabe examinar com a importância que merece o seu processo de totalização concreta, sob a mediação das formas políticas e estatais.

4 A CONSCIÊNCIA DE CLASSE REAL E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE POSSÍVEL: por um projeto autogestionário

A totalização historicamente determinada do ser e da consciência de classe real e possível dos proletários reúne dialeticamente determinações gerais e específicas: “se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, ficariam os operários, por certo, privados da possibilidade empreender outros movimentos de maior envergadura.” (MARX, 1975b, p. 72). Por se tratar de uma construção dialética, “ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o regime do salariado implica, os operários não devem exagerar a seus próprios olhos o resultado final dessas lutas cotidianas” (MARX, 1975b, p. 73); nem tampouco, na sua consciência de classe real, confundir os efeitos com as causas, ignorar que estão resistindo e usando paliativos, sem superar do mal radicalmente: o proletariado “não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado.” (MARX, 1975b, p. 73).

Enfim, em vez de simplesmente conservar, deve revolucionar através de sua consciência de classe possível, por compreender que “o regime atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõem, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para a transformação econômica da sociedade.” (MARX, 1975b, p. 73).

CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO PROLETARIADO E DEMOCRACIA AUTOGESTIONÁRIA HOJE

Para além da denúncia corrente de sua precarização, sua flexibilização, sua uberização etc., a crítica do trabalho alienado é um momento fundamental da luta anticapitalista, bem como da luta feminista, da luta antirracista e da luta antiescravagista. Com efeito, a práxis consciente emancipatória concerne a totalidade do fazer no trabalho e do agir na vida cotidiana. Ao mesmo tempo, devem ser atualizadas as táticas e as estratégias internacionalistas, altermundialistas e ecologistas, pois o processo emancipatório deve ocorrer também em escala mundial, para enfrentar a produção do espaço e a destruição da natureza imposta com extrema barbaridade pelo imperialismo global, especialmente na atual reconfiguração decorrente da grande crise global do capital industrial sob a primazia das finanças (CHESNAIS, 2016), desencadeada desde a primeira década do século XXI.

A evolução das condições de desenvolvimento do trabalho coloca a questão da autonomia pessoal, da “soberania” de cada um sobre si mesmo, do “uso de si por si” (FOUCAULT, 1984, Tomo 3), como um problema que aflora na relação com o trabalho assalariado. É preciso, então, distinguir “o que é próprio ao trabalhador” (*Eigenschaft*) da propriedade (*Eigentum*), relação que impõe seus limites mercantis. “Trata-se de fazer desaparecer o *Eigentum* em proveito da *Eigenschaft*”, resume Pierre Naville (2016, p. 263), para incitar a refletir. Isto é, retirando-lhes o caráter que têm de se exercer como propriedade jurídica, trata-se de mudar as relações e de “reapropriar as formas do trabalho às qualidades próprias do indivíduo”. Na relação salarial dominada pela lógica do proprietário das máquinas, “o indivíduo é despossuído de sua capacidade educada pelo trabalho, e mais geralmente, por suas propriedades humanas.” (NAVILLE, 2016, p. 263). Lembremo-nos, por um instante, da *Retomada do trabalho nas usinas Wonder*, em que a moça diz com força que ela não quer retornar a esta máquina que a nega tão fortemente. Deve se negar para ser aquele ou aquela assalariada conforme! Não é preciso buscar muito distante as raízes do sofrimento no trabalho, da negação². E é preciso bem observar uma das raízes fortes da ideia de “Comuns”: a Terra só pertence aos seres humanos e as máquinas devem se tornar um bem comum, para poder desenvolver novas relações sociais. Numerosos são aqueles e aquelas que, depois de ter ocupado sua empresa duas ou três semanas se faziam tais reflexões³. As usinas Renault deveriam estar sob a autoridade de Louis Dreyfus⁴ ou se tratava de um bem público a ser orientado em função do bem-comum?

Mesmo se as batalhas de ideias não tinham suficientemente abordado este ponto preciso, anteriormente, existia uma percepção clara na sociedade: as possibilidades de “plano”, projetos, discussões públicas poderiam servir para atos de reorganização das condições, das formas e dos objetivos de trabalho e de produção.

Considerando a dialética do universal e do específico, a emancipação da opressão do proletariado como um todo tem que realizar uma práxis envolvendo o fazer no trabalho e nas artes e o agir na vida cotidiana e afetiva, no tempo e no espaço de explorados, dominados e humilhados através

de diversos atentados à dignidade humana (em termos de raça, gênero, idade, nação, crença, naturalidade etc.). Apoiado teoricamente no marxismo do século XX, é fácil perceber que na pós-modernidade marcada por experiências neoliberais (desde sociais-liberais a ultraliberais), a natureza alienante da própria vida cotidiana do proletariado e dos seus intelectuais orgânicos torna-se um grande estorvo ao aprimoramento da consciência de classe, que, no sentido próprio, avança em casos concretos para além de atividades partidárias e sindicais, como no anticolonialismo, no altermundialismo, no feminismo e no antirracismo.

Portanto, a luta do proletariado contra a opressão em suas diversas determinações é um processo de totalização concreta, desde o mundo e o tempo de trabalho alienado até a vida cotidiana e afetiva e o tempo livre. Efetivamente, nesse processo de totalização concreta, há a primazia ontológica do ser social sobre a consciência social. Considerando, então, a dialética do universal e do específico, a emancipação da opressão do proletariado como um todo tem que realizar uma práxis consciente envolvendo o fazer (no trabalho e nas artes) e o agir na vida cotidiana e afetiva (no tempo e no espaço) daqueles que são explorados, dominados e humilhados na sociedade capitalista industrial.

No sentido marxiano, no contexto da formação social e histórica capitalista industrial, configurada depois das revoluções inglesa e francesa, o desenvolvimento desigual, relativamente autônomo, em que se desdobram a forma-capital e a forma-Estado capitalista é uma lei tendencial social e histórica, da manifestação da opressão do homem pelo homem que implica a luta de classe, em sentido amplo, enquanto exploração econômica sob a modalidade burguesa de valorização, acumulação, reprodução e crise, que implica luta de classe, *stricto sensu*. Da mesma forma que envolve a dominação política por intermédio tanto da burocratização personificada e coisificada, quanto da legitimação democrática e puramente formal e a humilhação social através de diversos atentados à dignidade humana.

As formas Estado e capital constituem uma totalidade em si dialética, de existência concreta, complexa e contraditória (histórica), separada por abstração da configuração que envolve os seres orgânicos (vivos), inorgânicos (inertes) e sociais (conscientes). Evidentemente, “uma diferença qualitativa não implica uma diferença metafísica e que ela não exclui nem a gênese de uma dessas realidades a partir da outra, nem as formas de transição.” (GOLDMANN, 2014, p. 96).

Não se pode, então, compreender a natureza da forma-Estado capitalista sem apreender que sua gênese – isto é, a particularização própria a certo distanciamento em relação à forma-capital, articulada temporal e espacialmente com sua autonomização relativa – tem por resultado a forma-Estado capitalista estruturada tanto objetivamente na divisão do trabalho (essência) e nos aparelhos estatais (aparência), quanto subjetivamente na luta de classe (essência) e na legitimação estatal (aparência), como exposto em outra ocasião por Farias (2000).

CONSCIÊNCIA DE CLASSE DO PROLETARIADO E DEMOCRACIA AUTOGESTIONÁRIA HOJE

A crítica e a superação do trabalho alienado próprio às relações capitalistas concernem a condição universal da opressão de classe sobre o proletariado, que não possui meios de produção capitalistas. Mas, falta ainda abordar as suas determinações opressivas específicas, na vida cotidiana e afetiva para além do fazer, precisamente, seja no agir particular da luta contra a dominação política, seja no agir singular da luta contra os atentados à dignidade humana. No contexto desse silogismo historicamente determinado, não tem sentido isolar e segmentar, nem tampouco hierarquizar a priori, os momentos lógicos dos fenômenos aqui compreendidos a partir do recurso ao silogismo, historicamente determinado, em que se manifesta a dialética do universal e do específico.

Em situações concretas de alianças de classes, como nas frentes amplas ou populares para enfrentar o ultraliberalismo neofascista, convém explicitar e compreender as possibilidades e os limites nos quais se enquadram os ideólogos do reformismo que, na luta de classe, se acomodam ao lado da burguesia educada (KEYNES, 1983; PIKETTY, 2013). Em compensação, os que pensam por si mesmos no século XXI, enquanto intelectuais orgânicos do proletariado, devem contribuir para o desenvolvimento, em profundidade e extensão, da consciência de classe do proletariado, que dispõe de muito tempo de trabalho alienado e pouco tempo livre para o conhecimento da verdade, para vencer a disputa da hegemonia cultural contra os intelectuais orgânicos da burguesia, que tentam aprisionar o proletariado em reificações como a “neutralidade axiológica” (WEBER, 1992, p. 365 et seq.) e a “jaula de aço” (WEBER, 1985, p. 224), fechada a sete chaves na contemporaneidade, pelo imperialismo global (FARIAS, 2015; 2013a,b).

Dentre os maiores desafios que enfrentam os movimentos de construção de alternativas para os trabalhadores hoje – tanto os que defendem a regulação do trabalho nas plataformas digitais quanto os que advogam a construção de outras lógicas de organização do trabalho, como o cooperativismo de plataforma (GROHMANN, 2021) – diz respeito às questões que envolvem o espaço digital. Mas ainda assumem grande relevância econômica, social e política organizacional as táticas e as estratégias correspondentes a uma práxis consciente, que articula as lutas espacialmente dispostas, contra a hegemonia imperialista, na conjuntura recente do capitalismo industrial marcada por experiências ultraliberais neofascistas. Reconhece-se que “toda a sociologia positivista orientada unicamente para a exploração da consciência real se revela insuficiente e deixa escapar os aspectos mais importantes da realidade” (GOLDMANN, 1984, p. 33), sobretudo os relativos à dialética de compreensão e transformação da sociedade historicamente determinada.

Urge, diante do fato de que agora, com a mundialização do capital, os trabalhadores estão expostos à concorrência em âmbito global, a adoção de novas posturas com relação à organização dos trabalhadores de resgate da memória consciente de experiências no passado, relacionadas às

experiências do ser social no presente aberto às possibilidades futuras de superação das condições de opressão próprias ao capitalismo.

Certo, a evolução do trabalho no quadro conjuntural de uma acelerada evolução dos processos digitais, associada à crescente plataformização e à expansão do mercado de formas predatórias de exploração mediadas por artefatos digitais, dão origem a muitas “análises pessimistas” (VALENTE; PESCHANSKI, 2021, p. 25) sobre o futuro do trabalho digital, e nos coloca diante desta possibilidade: a de unir cada um e cada uma em torno de um projeto de igualdade, em vez de entrar em soluções “modernistas” que visem o sucesso de uma parte da população e, ao mesmo tempo, gerindo a situação dos “pouco competitivos”.

Dentre essas possibilidades, é fato que a forma “partido proletário” que traz a marca do pensamento crítico e da ação revolucionária, tal como manifestado por Marx e Engels (1975), em favor de uma configuração comunista, já passou por incitantes, amplos e profundos desenvolvimentos. No entanto, experimentou vários fracassos quanto à superação do capitalismo por intermédio do socialismo, até mesmo quando fruto da conquista radical e efetiva do poder estatal – como um momento necessário, mas não suficiente para a emancipação proletária.

Autocríticas, balanços e perspectivas políticas, correntemente, logo “atribuem a falta a um falso vanguardismo, ao desconhecimento das opiniões e das atitudes reais das classes trabalhadoras, ao *voluntarismo* subjetivista da vanguarda revolucionária”; depois questionam “a aplicação mecânica de modelos definidos para condições objetivas diferentes, que exigem soluções novas”; enfim, sublinham “o problema mais vital no desenvolvimento dos partidos revolucionários: a democracia no interior dos partidos, das relações entre as direções e os membros” (SCHAFF, 1972, p. 16-17).

Em experiências orientais ou ocidentais, a resolução desses problemas, longe de vir da regulação contratual e estatal, stalinista e social-democrata, comprometida com *poder e dinheiro* (MANDEL, 1992), reside essencialmente no processo de democratização socialista, sob a hegemonia do proletariado, na situação historicamente determinada de superação das relações de exploração, dominação e humilhação do homem pelo homem, através da eliminação radical das condições objetivas da existência da luta de classes, no movimento real em que se extingue de modo amplo e profundo a burocratização tanto na base, quanto na superestrutura da sociedade capitalista.

Concretamente, como as televisões e revistas invadiram as discussões cotidianas com isso, temos diante dos olhos um “poder compreender” inseparável da luta de classe no terreno cultural. Desde os anos 1970, muitos índices mostram que ondas de inovação tecnológica são possíveis, ela se desenvolveu notavelmente na eletrônica (basta pensar nos microcomputadores). No setor das máquinas ferramentas, as máquinas com comando numérico controlam trinta a cinquenta postos de trabalho.

Com a possibilidade de um tempo liberado maior para todos e todas, bem menos restringido do que atualmente... Eis situações interessantes para inovações sociais e culturais. A perspectiva de um socialismo democrático e, portanto, das formas de discussão de um planejamento vinculado à autogestão estava em debate, desde antes de 1968, sob diversas formas. Pierre Naville (1967, p. 488-489), por exemplo⁵, mostrava que “a antítese fundamental do trabalho não é o trabalho melhorado ou valorizado, mas o não-trabalho.”

Sob outra perspectiva, não se trataria de “compartilhar a riqueza”, mas de agir sobre a propriedade capitalista e sua socialização. Tomamos o mesmo procedimento que tinha sido preconizado por Marx (1975a) na sua *Crítica do Programa de Gotha* a propósito da apropriação das riquezas. A reivindicação proposta visa mudar, pelo menos parcialmente, as relações sociais: trata-se de produzir efeitos de desmercantilização, criando gratuidades e serviços para todos.

4 CONCLUSÃO

Observa-se que, no momento de maior avanço da ciência e da técnica, o capital se utiliza de novos dispositivos para aprofundar e disfarçar seus mecanismos de controle sobre o trabalho. E como, hoje, a fragmentação da classe trabalhadora é muito maior, fica mais difícil a identificação dos trabalhadores e a criação de laços que os permitam organizar a luta em conjunto. As novas práticas que levam à precarização do trabalho popularizadas pelas plataformas digitais, no entanto, também provocam reações e fazem surgir novas formas de representação.

Como sabemos, o emprego capitalista das máquinas obriga que se coloque a questão sobre um outro modo de produção e de utilização da tecnologia. Caso seja preciso uma mudança muito forte dos *savoir-faire* técnicos e culturais para realizar tal mudança social, isto não está fora de alcance. Por razões materiais: os progressos técnicos e profissionais no curso do trabalho são um fato reconhecido, com reclassificações de “operários” como agentes técnicos e como “tecnólogos”; além disso, toda a experiência das formações profissionais mostra que elas só são eficazes se vinculadas a um emprego previsto, esperado, e que, em tais circunstâncias, têm grandes efeitos.

Outros, defensores do capitalismo atual, da terceira ou da quarta idade, querem os meios de controlar os mais pobres e de colocar em competição a grande maioria, evitando as tomadas de consciência violentas e coletivas. Isto se encontra até mesmo, às vezes, em uma das continuidades da “esquerda”. Políticos, banqueiros, industriais e generais estão atentos para renovar a dominação de classe ganhando, se o podem, a adesão constrangida de certas camadas assalariadas.

Diante da necessidade de superar a barbárie e as suas reificações, através de uma totalização concreta, dialética e histórica, envolvendo base e superestrutura, sujeito e objeto, teoria e

práxis, cabe abordar precisamente a consciência de classe proletária inserida na formação historicamente determinada. Trata-se de considerar, portanto, a formação configurada durante os últimos cem anos, em que a consciência de classe proletária se desenvolveu autônoma, dialética e culturalmente, em relação com as condições objetivas de exploração econômica, dominação política e humilhação social do homem pelo homem.

Sem a possibilidade da consciência de classe, o proletariado oprimido – pela exploração econômica (generalidade), pela dominação política (particularidade) e pela humilhação social (singularidade) – experimenta a solidariedade e a resistência espontâneas inerentes à classe em luta concreta, mas não realiza o sonho acordado da passagem dialética das ações sistêmicas defensivas e dos programas mínimos (dentro da ordem), para as ações antissistêmicas ofensivas e dos programas máximos (contra a ordem), em que a forma partido revolucionário do proletariado torna-se uma mediação decisiva e incontornável.

Como resultado concreto da luta de classe e da consciência de classe, a emancipação do proletariado não é uma utopia abstrata, uma espécie de compensação paradisíaca às mazelas e às misérias sociais e ecológicas experimentadas na sociedade capitalista, mas um processo dialético de superação desta sociedade historicamente determinada, que já fora definido pelo jovem Marx (1996, p. 157) nos termos seguintes: “o comunismo coloca o positivo como negação da negação. Ele é, então, o movimento real da emancipação e da reconquista do homem, um momento necessário para o desenvolvimento futuro da história.”

Portanto, a abordagem crítica e revolucionária do capitalismo industrial implica a sua superação através da transição socialista, cuja antecipação concreta é o comunismo, em que desaparecem as condições objetivas generalizadas da opressão decorrente da exploração econômica, da dominação política e da humilhação social do homem pelo homem. A consciência de classe do sujeito emancipatório é determinada pela totalização concreta do processo histórico (passado, presente e futuro), da exploração econômica (universalidade) e da opressão político-social (especificidade) do homem pelo homem.

Na problemática sobre *O que fazer*, portanto, a formulação de Lenine (1975, Tomo 1) em que a consciência de classe do proletariado se divide em consciência sindical (atinentes aos interesses econômicos gerais) e consciência social-democrata (atinentes aos interesses políticos e sociais específicos) é uma abstração racional, que não impede de considerar as formas de consciência ecológicas, morais, ideológicas e culturais igualmente pertinentes, como sublinhou Thompson (2012), ao estudar a formação da classe operária inglesa.

Deixou-se para outra ocasião as teorias sociológicas críticas sobre a consciência de classe do proletariado, diante das experiências dos “novos” movimentos sociais na segunda metade do

século XX. Por outro lado, o tema da consciência de classe foi bastante enriquecido na abordagem crítica e revolucionária, por contribuições advindas do marxismo do século XX. Em obras tanto da primeira metade do século XX (Vladimir Lenine, Rosa Luxemburg, Georges Lukács, Antonio Gramsci etc.), quanto da segunda metade do século XX (Lucien Goldmann, Jean-Paul Sartre, Louis Althusser, Edward Thompson etc.). Essa herança para uma abordagem radical, ao mesmo tempo, explicativa e compreensiva do fenômeno de classe em si e para si, não implica o fazer e o agir proletários sob a batuta de uma grande ideologia marxista una e absoluta.

De fato, existe uma pluralidade de teses e experiências relativas à formação da consciência de classe do proletariado e ao papel dos seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2001), na tradição do marxismo do século XX.

Este artigo sublinhou um fato essencial: nossa sociedade traz no seu bojo, coletivamente e individualmente, capacidades para uma reorganização fundamental. Um movimento pelo direito ao trabalho, ao salário, à autogestão generalizada tem todo o seu espaço. Encontra também seu prolongamento, uma ideia-força do livro de 1968 de Henri Lefebvre (1998, p. 79): “Automatização, na base, nas forças produtivas – utilização dos meios eletrônicos [...] essas novas técnicas fundam possibilidades novas. Sob a condição de utilizá-las para assegurar a extinção do Estado e da burocracia.”

Cinquenta anos mais tarde, esta abertura prolonga a contribuição de Pierre Naville e fazia parte dos intercâmbios internacionais, de suas opções simultaneamente autogestionária, marxistas, ecologistas. Um eco que vem lembrar a mudança enunciada por Karel Kosik (2003, p. 154): a ruptura efetiva com o paradigma dominante implica acabar com “a propriedade privada capitalista e a propriedade estatal burocrática.”

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila C. **Uberização**: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. 2019. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2021.

ADORNO, Theodor W. **Sur Walter Benjamin**. Paris: Gallimard, 2001.

AUGUSTO, André. **A dessubjetivação do trabalho**: o homem como objeto da tecnologia. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000200006>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BLOCH, Ernst. **Le Principe Espérance**. Paris: Gallimard, 1976; 1982; 1991. 3. t.

BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'État**. Paris: Minuit, 1989.

CHESNAIS, François. **Finance Capital Today**. Leiden/Boston: Brill, 2016.

DE STEFANO, V. **The rise of the "just-in-time workforce": on-demand work, crowdwork and labour protection in the "gig-economy"**. 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Düring**. Paris: Éditions Sociales, 1977.

FANEN, Sophian. **Dans la peau des ouvriers invisibles d'internet. Les Jours. Working class robot**. 2019. Disponível em: <https://lesjours.fr/obsessions/amazon-turkers-travail/ep1-amazon-mechanical-turk/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

FARIAS, Flávio Bezerra de Farias. **L'État et le processus de socialisation capitaliste au Brésil**. Tese de Doutorado de Estado. Universidade de Paris XIII (Nord), Villetaneuse, França, dezembro de 1988.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise Global**. São Paulo: Xamã, 2015.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O modo estatal global**. São Paulo: Xamã, 2013a.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O imperialismo global**. São Paulo: Cortez, 2013b.

FARIAS, Flávio Bezerra de. A luta de classes na crise dos tempos pós-modernos. **Revista de Políticas Públicas**. Vol. 24, p. 11-33, São Luís, 2020. Disponível em: www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15088. Acesso em: 25 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité**. Tomo 3, Le Souci de soi. Paris: Gallimard, 1984.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e filosofia política**. Lisboa: Presença, 1984.

GOLDMANN, Lucien. **Sciences humaines et philosophie**. Paris: Delga, 2014.

GONSALES, Marco. **Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência**. In: ANTUNES, Ricardo. (org.) *Uberização, tabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. 4 tomos. Torino: 2001.

GROHMANN, Rafael. Trabalho plataformizado e luta de classes. **Revista Margem Esquerda**. São Paulo, n. 36; 1º semestre de 2021.

LENINE, Vladimir I. **Œuvres choisies**. 3 volumes. Moscou: Éditions du Progrès, 1975.

JAKUBOWSKY, Franz. **Les superstructures idéologiques dans la conception matérialiste de l'histoire**. Paris: EDI, 1971.

KEYNES, John M. **Teoria Geral**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- KOSIK, Karel. **La crise des temps modernes**. Paris: La Passion, 2003.
- LAFARGUE, Paul. **Le Droit à la paresse**. Paris: La Découverte, 2010.
- LENS, Sidney. **The Military-Industrial Complex**. London: Kahn & Averill, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. **Mai 68... L'Irruption de Nantère au sommet**. Paris : Syllepse, 1998.
- LUKÁCS, Georges. **Histoire et conscience de classe**. Paris: Minuit, 1976.
- LUXEMBURG, Rosa. **Réforme ou révolution?** Paris: Spartacus, 1972.
- MANDEL, Ernest. **Power and Money**. Londres / Nova York: Verso, 1992.
- MARTINS, Luciano. **Pouvoir et développement économique**. Paris: Anthropos, 1976.
- MARX, Karl. **Critique du Programme de Gotha**. Pékin: Langues Étrangères, 1975a.
- MARX, Karl. **Salaire, prix et profit**. Pékin: Langues Étrangères, 1975b.
- MARX, Karl. **Le Capital**. Paris: Sociales, 1976. 3 v.
- MARX, Karl. **Manuscrits de 1844**. Paris: Flammarion, 1996.
- MARX, Karl. **Les luttes de classes en France 1848-1850. Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte**. Montreuil-sous-Bois: Éditions Science Marxiste, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Campinas (SP): Unicamp; Boitempo, 2002.
- MOORE JR., Barrington. **Les origines sociales de la dictature et de la démocratie**. Paris: Maspero, 1979.
- NAVILLE, Pierre. **Vers l'automatisme social?** Paris: Syllepse, 2016.
- PIKETTY, Thomas. **Le capital au XXI^e siècle**. Seuil: Paris, 2013.
- SCHAFF, Adam. Conscience d'une classe et conscience de classe. **L'Homme et la société**. Paris, out./nov./dez., 1972, nº 26, pp. 3-17.
- SERFATI, Claude. **Le Militaire: une histoire française**. Paris: Amsterdam, 2017.
- STERNBERG, Fritz. **A revolução militar e industrial do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TONELO, Iuri. **Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008?** In: ANTUNES, Ricardo. (org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- TROTSKY, Léon. **Littérature et révolution**. Paris: UGE, 10/18, 1977.

VALENTE, Mariana G.; PESCHANSKI, João A. Colonização da internet e suas resistências. **Revista Margem Esquerda**. São Paulo, n. 36; 1º semestre de 2021.

WEBER, Max. **Éthique protestante et l'esprit du capitalisme**. Paris: Plon, 1985.

WEBER, Max. **Essais sur la théorie de la science**. Paris: Plon, 1965.

Notas

¹ Pierre Bourdieu (1989) lhe consagra na *Noblesse d'État*, a 4ª parte "O campo do poder e suas transformações". Ele descreve, muito falante, "uma jornada ordinária de um homem de relações", publicada em *L'Expansion*, em maio de 1977.

² Essa liberdade explorada como elemento essencial, o *investimento pessoal* ("implicação", "autonomia controlada", no trabalho, tratado como gestos "sem qualidade"...), e assim negada, provocou os fatos que se conhece. Pode-se encontrar uma referência, em 1993, em *Educação permanente* (nº 116 e 117). Cite-se também, para indicar como as análises e os projetos de mudança estão hoje acumulados, *Imagens documentárias* (nº 37 e 38), que apresenta filmes e suas condições de realização durante os anos 1970 e até 1995. Tantos elementos que mostraram que a sociedade não pode deixar de se submeter.

³ Foi o caso das mulheres dos cheques postais, de usinas da pequena construção elétrica ou de uma parte dos supermercados. É o caso de vários grupos de militantes CGT ou CGT-CFDT em usinas de Toulouse. Esta é uma das lições que se evidenciavam da pesquisa feita por Gérard Adam, Jacques Capdevielle, René Mouriaux (1971).

⁴ Na revista *Nouvel Observateur* (5 de dezembro de 1968), Lucien Rioux retoma uma expressão dos sindicalistas: "Dreyfus não é livre"; "não tem nenhuma razão para devolver esta empresa ao setor privado"; "não terá patrão a ser despedido no momento da autogestão".

⁵ "Não faltam técnicos, nem mesmo tecnocratas, observa Naville, que calcularam que o aparelho de produção, desde agora a serviço do planeta permitiria sem demora uma redução do trabalho médio a três ou quatro horas por dia, senão a duas." (NAVILLE, 1967). Ele mostra como Paul Lafargue (2010), ao escrever o direito à preguiça, estava estritamente de acordo com a análise de Marx.